

REGIÃO E REDE URBANA: FORMAS TRADICIONAIS E ESTRUTURAS NOVAS (1)

A palavra *região* tem, na nossa língua, tal latitude que importa começar por fixar-lhe um conceito geográfico claro e restrito.

Emprega-se correntemente no mero sentido de referência: *região do Rio*, isto é, o conjunto de morros, várzeas, montanhas, de ocupação urbana e rural, ou até desocupadas, que se encontram em torno da grande cidade. É difícil proscrever do uso corrente uma palavra tão cómoda e, por certo, neste sentido, necessariamente impreciso, ela continuará a usar-se. Mas emprega-se também, relativamente a uma grande cidade, como área onde a sua influência sobreleva e que, em torno da aglomeração, das suas indústrias e das suas exigências de abastecimento, se estrutura pela proximidade e facilidade de comunicações: *região de Lisboa* tem o sentido de um todo orgânico (ou que se deseja como tal), constituído pela força de atracção e de irradiação de uma urbe poderosa. Neste sentido poderia empregar-se, de preferência, *território*, isto é, espaço que sofre um arranjo em função de uma grande cidade e na estreita dependência da acção e da presença dela.

Por outro lado, *região* ou *regiões* servem para designar os grandes conjuntos planetários, demarcados pelo clima, mas caracterizados afinal por tudo o que dele decorre, nas formas de relevo, nos tipos de solo, na cobertura vegetal e em ajustamentos humanos que, a despeito dos poderosos recursos da

(1) Comunicação apresentada no II Congresso Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, Agosto de 1965; ampliada e modificada.

técnica moderna — e esta está longe de ser universal e toda poderosa —, exprimem uma certa «ecologia» na maneira de dominar ou aproveitar a natureza e de organizar o espaço. Neste sentido se usam correntemente *regiões polares, regiões tropicais, regiões temperadas, regiões áridas*, etc. Já no Congresso Internacional de Geografia (1949) eu insistira, por simples preocupação metodológica, em que se usasse *zona*, seguindo afinal a terminologia de vários autores. Uma *Geografia dos continentes* ou espaços terrestres contínuos está-se complementando com uma *Geografia zonal* ou das grandes faixas naturais do Globo.

Finalmente, tanto se fala da *região do Nordeste* como da *região do Recôncavo*: uma abrange um conjunto de paisagens e cobre a área de um grande país europeu, a outra um espaço que se organizou precocemente em torno de uma cidade e tem o tamanho e as características (conforme notou AROLDO DE AZEVEDO) das regiões europeias clássicas. Mesmo neste sentido, as dimensões da região são variáveis e a palavra tanto se aplica a um conjunto como a qualquer dos elementos que o integram. O Noroeste da Península Ibérica constitui uma unidade, caracterizada pelo relevo vigoroso, a precipitação elevada, o Estio breve, um revestimento antigo de arvoredos de folha caduca em parte substituídos pelo pinheiro bravo, uma população densa que pratica a policultura regada e a criação intensiva de gado graúdo, um povoamento disperso mas coeso através de uma antiga organização paroquial, uma plethora de gente sangrada há séculos pela emigração, facilitada pela presença de um litoral onde a vida marítima é intensa e anima muitas pequenas e algumas grandes cidades portuárias. Nesta unidade, embora participando dos seus caracteres, o Minho individualiza-se fortemente. Ao Minho ou ao Noroeste, embora em escada diferente, se aplicará sem hesitar o mesmo termo de região.

Com os progressos da Geografia contemporânea e as modificações prodigiosas dos recursos técnicos aplicáveis à organização do espaço, o conceito de região transformou-se profundamente, a ponto de se criar para ele tal diversidade de sentido que acaba por englobar coisas diferentes. Conheço os riscos da posição extrema que vou explicitar, mas — uma vez

mais por preocupação metodológica — talvez não seja inútil corrê-los.

Retomemos o exemplo do Nordeste. Ele é constituído por três elementos de paisagem e de economia e vida humana. A faixa litorânea — correspondente ecológicamente à chamada «mata atlântica» — foi humanizada por quatro séculos de cultura canavieira e de relações marítimas distantes. A um produto rico e à navegação devem a fortuna as suas cidades; a despeito de transformações recentes e do desenvolvimento das rodovias, que criaram ou estimularam os nós urbanos do interior, são ainda as cidades portuárias que constituem as aglomerações de maior dimensão. Paradoxalmente, a pujante «mata» que, a favor das chuvas abundantes e bem distribuídas, revestia esta faixa de terreno, arroteada para se instalar nos seus bons solos a cultura da cana-de-açúcar e consumida pelas fornalhas dos engenhos e pela construção de casas e navios, apenas se encontra, na forma de resíduos e capoeiras, nos entalhes das grotas e nas encostas mais íngremes. Outra faixa, mais para o interior e por isso mais seca, constitui o *agreste*, hoje ocupado por plantações de agave e algodão, além de culturas alimentares e criatório. Com o afastamento do mar progride a aridez: é a *caatinga* ou *sertão*, flagelado pelas secas, com o seu típico revestimento de arbustos xerofíticos, onde a criação extensiva prepondera largamente sobre uma aleatória agricultura de subsistência, do que resulta uma ocupação humana no geral rala e precária e a enorme extensão de paisagens de aparência natural. Tudo isto é evidentemente «ecológico», marcado por estímulos e restrições de uma natureza que impôs ao homem severas limitações: ou ele as aceitava ou, antes de a técnica poder vencê-las (e apenas nas restritas áreas que o regadio poderá vir a cobrir), o *sertão* seria um imenso vazio humano.

Outro é o ambiente do Sul do Brasil, que PEDRO GEIGER evocou. Com a autoridade da sua experiência, ele pode falar de «regiões naturais de sentido humano», áreas onde, como diria VIDAL DE LA BLACHE, a natureza depôs os germes que o homem, com os recursos da civilização, soube desenvolver e fazer frutificar. Com outra densidade de população e uma malha urbana mais apertada, aproximamo-nos das *regiões*, no sentido europeu desta palavra.

Estes dois exemplos, de certo modo não só diferentes mas opostos, bastam ao meu propósito metodológico.

Explícitos ou implícitos, encontramos, entre autores recentes, três tipos de regiões: regiões homogêneas ou uniformes, regiões nodais ou polarizadas, regiões programadas ou planejadas (*). Não será inútil passar estes três conceitos ao crivo de uma crítica apertada.

Em primeiro lugar, raras, muito raras, serão as regiões «homogêneas» ou «espaços uniformes». Creio que podemos, no conceito clássico de região, distinguir o que chamo *unidades* e *padrões de paisagens*. Assim como uma vestimenta, que umas vezes usa a cor lisa, outras o xadrez ou o estampado, sendo que as preferências de qualquer região vão, na enorme maioria dos casos, para estes. Voltemos ao exemplo do Recôncavo. Um espaço, organizado em torno de uma cidade e para alimentar a sua gente e o seu comércio, graças a uma tectónica vigorosa e provavelmente recente que permitiu a ingressão do mar em recessos não colmatados, que a cabotagem soube utilizar desde o início. Uma cidade em expansão, cheia ainda hoje de enclaves rurais, onde os velhos sobradões do centro são demolidos, para se erguerem, no mesmo lugar, altos edifícios; uma área «periurbana» de desenvolvimento e, em torno dela, capoeiras de solos esgotados ou abandonados. Uma rede de «vilas» (actualmente chamadas cidades), todas da época colonial e hoje pela maior parte decadentes, ligadas a Salvador pela navegação de saveiros e de pequenos vapores. A oeste do Recôncavo, um fosso tectónico, onde as margas e argilas do Cretácico dão excelentes solos de *massapê* e de *salão*, cedo preferidos pela cultura canavieira, mas também onde o aparecimento do petróleo está a ponto de transformar em paisa-

(*) Não adiro aos neologismos *planificar*, usado em Portugal, porque ele significava propriamente «tornar plano», nem *planejar*, usado no Brasil, porque *alvejar*, *verdejar*, *negrejar*, têm o sentido de imprecisão que evoca o tom, sensível mas não claro, de uma cor que se vê ao longe. Ora, *planear* é uma operação definida e compulsória, por meio da qual se intenta retirar às formas de evolução regional o que elas pudessem ter de espontâneo e ocasional — e portanto, às vezes, de menos vantajoso. Além de que a palavra há muito entrou no uso corrente — antes dos neologismos *planificação*, *planejamento* ou, correctamente, *planeamento*.

gem industrial a mais velha paisagem rural trazida pela colonização ao continente americano. A leste, uma área de colinas retalhadas no maciço antigo, onde, em solos declivosos e segundo as técnicas da lavoura cabocla, se cultivava a mandioca ou «farinha», ainda largamente consumida e daqui difundida no mundo tropical africano. Entre ambas, confiando pelo interior com o sertão pastoril, a área de *chapadas*, onde, em solos planos mas pobres e frágeis, os «currais» e «malhadas», abundantemente esterçados pelo gado, foram ocupados pelas plantações de fumo, em alternância com a policultura alimentar a que a mandioca serve de eixo. Tendo o que comer e o que vender, grande número de pequenos proprietários organizaram uma agricultura sem rega nem pousio e um autêntico *campo* (no sentido português e no francês de *campagne*), com as mais altas densidades rurais do Brasil. Ora o Recôncavo é este «pano de Arrás», que tanto encantou o P.^o MANUEL DA NÓBREGA pela beleza e harmonia das suas cores: um estampado de vários desenhos, um conjunto de peças diferentes mas solidárias, reunidas e harmonizadas entre si pela acção poderosamente coordenadora de uma cidade.

Diversa é, de facto, a desoladora monotonia da caatinga. Mas, acima do sertão pastoril, graças à condensação que a altitude provoca, voltamos a encontrar *campos* nas suas serras, onduladas ou de cimo plano. Cada uma delas está «ilhada» no meio do grande oceano de aridez. Mas surpreendem-se traços de uma evolução comum, um ar de família a par de certa personalidade que, como na genética, aproxima e distingue os indivíduos provenientes de uma estirpe comum. Como vamos fazer numa divisão regional? Evidentemente que tendo em conta, por um lado, a *unidade de paisagem* que dá o tom ao Nordeste, por outro, o *padrão* que constituem os seus vários e solidários elementos.

Como se vê (e propositadamente atendo-me a exemplos tropicais de regiões pouco desenvolvidas e historicamente modernas), estamos longe do conceito primitivo de «regiões naturais homogêneas» ou de «regiões elementares», que alguns geógrafos supunham poder definir por um elemento único ou prevacente.

Regiões nodais, regiões polarizadas, «espaços funcionais», são coisas de natureza intrinsecamente diversa, à qual se me afigura inconveniente estender o conceito de região. Aqui sou obrigado a recorrer a exemplos europeus. Um dos mais autorizados cultores da Geografia regional, H. LAUTENSACH, acaba de publicar uma *Geografia da Península Ibérica*, sem dúvida a obra mais documentada, informativa e mais completa que até hoje se dedicou a esta entidade geográfica, uma pela forma e pelo relevo, mas vigorosamente diferenciada pelas transições e pelos contrastes do clima e pelo destino humano, repuxado entre influências do Mediterrâneo, da Europa média e da Mauritânia ou Magrebe, umas vezes harmoniosamente fundidas, outras motivo de antinomias profundas e irredutíveis. Como nos trabalhos anteriores sobre Portugal e a Coreia, o aspecto regional preocupa LAUTENSACH e a ele consagra parte do livro e alguns mapas. Mas as «divisões geográficas» continuam a ser demarcadas por elementos naturais. As três divisões principais são de natureza climática: Ibéria sempre húmida, Ibéria seca no Verão, Ibéria quase sempre seca (isto é, semiárida). As divisões menores são demarcadas segundo um conceito pessoal, sistematizado pelo autor: o da «sequência das formas geográficas» em obediência aos seguintes factores: planetários ou zonais, periférico-centrais, oeste-leste, hipsográficos; todos, como se vê, *naturais*. São eles que, com o ajustamento no tempo, através de um património de civilização enriquecido por contactos com a Europa, a África e o Mediterrâneo, conferem a cada região a sua «personalidade». Cita-se LAUTENSACH não tanto pela autoridade que lhe advém de ser um dos mais ilustres representantes da Geografia regional de expressão alemã, mas porque (à parte uma ou outra divergência de pormenor) as suas regiões se ajustam perfeitamente à realidade geográfica peninsular. «Uma forma de solo e de existência», «a natureza do solo com o modo de existência que daí deriva», escrevia, a propósito da Beauce, na bacia de Paris, um mestre muito citado e pouco lido, a quem a Geografia regional deve talvez os seus mais sólidos fundamentos — VIDAL DE LA BLACHE. Mais de meio século depois é possível ainda pensar da mesma maneira.

E porquê? Porque, como insisti quando me foi dado ensinar em países novos, como o Brasil e o Canadá, até na América a *paisagem é*, em muitos casos, *um produto da história*, um resultado do tempo, através do longo ajustamento do homem, por meio dos instrumentos de civilização de que dispõe, a uma ambiência natural que, mal ele surge com meios eficazes de se fixar, se transforma em ambiência geográfica, combinação harmoniosa de elementos naturais e humanos. É neste sentido que considero as regiões como *formas tradicionais* da paisagem. Enquanto elas não forem destruídas, parece-me lícito que continuem a constituir não uma *curiosidade*, mas uma *preocupação* essencial do geógrafo.

A explosão demográfica, a congestão urbana, as necessidades de organizar *racionalmente* áreas em função da gente que cresce e das cidades que não produzem o que consomem, mas, por meios acelerados de circulação, levam muito longe o fluxo de abastecimento e o refluxo da irradiação, criaram novas formas de organização do espaço. Mas este «espaço funcional», como lhe chama E. JUILLARD, colhido nas malhas mais ou menos resistentes e apertadas da *rede urbana*, é uma estrutura nova, de natureza intrinsecamente diferente, à qual se me afigura desvantajoso, por menos claro, alargar o conceito clássico de «região».

A atracção urbana, a organização de espaços em torno de uma cidade, não é só de hoje, e, muito de propósito, escolhi o Recôncavo como exemplo para o mostrar. Podem objectar-me que o geógrafo se deve preocupar com o actual e com o futuro e que o passado não faz parte do seu domínio de estudo. A isso eu responderia que a Geografia é, como as Ciências naturais e humanas, na fronteira das quais continua a estar, uma ciência do espaço e do tempo. Tal como o geomorfólogo reconstitui uma sequência dinâmica, para interpretar as formas acessíveis à observação à luz dos processos que as modelaram, o geógrafo «humano» tem de colocar-se, afinal, numa perspectiva semelhante.

Quanto às *regiões programadas* ou *planeadas*, elas concernem à geografia do futuro, e... o futuro a Deus pertence, diz a sabedoria popular da nossa língua. Em certas ciências a *previsão* é a pedra de toque dos seus êxitos; mas essas são

as ciências do número e da medida, as «ciências exactas» no sentido tradicional. Podem aplicar-se à população humana métodos de probabilidade estatística, *que partem da observação de um certo estado de coisas e de uma certa tendência evolutiva*, mas recorrem necessariamente à extrapolação e aos seus riscos. Como estudei em França antes da guerra, li muitas lamentações sobre o declínio demográfico de um país onde a natalidade era um tudo-nada inferior à mortalidade e recorria a uma larga emigração para preencher este vazio demográfico. Mas não me recordo de ter lido nunca qualquer previsão do renovo demográfico que a França conheceu depois da guerra e da ocupação. Hoje põem-se problemas graves, mas no sentido de se procurarem empregos para a juventude que sobe, num país que a observadores superficiais aparecia como velho e esgotado. Outro exemplo, que acabará de precisar o meu pensamento: a Medicina não é mais do que uma sorte de Biologia humana aplicada a «preservar a saúde e a curar a doença»; o «diagnóstico», apoiado sempre na *história clínica* (a sombra da história mais uma vez nos aparece!), permite, no caso individual, estabelecer um «prognóstico» ou previsão, mais ou menos contingente, da evolução de certo morbo. Por outro lado, sabe-se que, na maior parte das doenças mortais, é tal ou tal a percentagem de curas; o que não se sabe, ou palpita-se muito imprecisamente, é, no caso de cada doente, se ele vai cair do lado bom ou do lado mau. «Tudo o que toca ao homem está marcado pela contingência», disse VIDAL DE LA BLACHE, e é bom não o esquecer.

Voltemos aos espaços imaginados pelo que já se vai chamando «geografia projectiva» ou geografia do futuro. Por um lado, é de aceitar que um *plano*, quase sempre ligado a certa conjuntura política em que se apoia a força da administração, se não cumpra ou se modifique com a mudança dessa conjuntura. Quem tivesse tentado fazer a geografia projectiva de qualquer região da Rússia, antes da primeira guerra mundial, não poderia imaginar como a mais espectacular alteração que jamais sofreu qualquer regime político viria transformar profundamente as condições de vida e de economia no que passou a chamar-se URSS. Por outro lado, é de aceitar também que um plano se vá ajustando a uma realidade que flui e que, *com a sua própria aplicação*, se vão notando desvios,

inadequações e até erros que, ao serem corrigidos, possam alterar, mais ou menos profundamente, a *previsão* inicial.

Na Europa, donde nos vem tanta luz de sabedoria mas também — é preciso não abdicar do espírito crítico — algumas rematadas tolices, está-se assistindo ao embate, ou ao desenvolvimento paralelo, de duas tendências inconciliáveis: por um lado, os planos nacionais, que pretendem estruturar a vida de um país em torno dos centros nodais das suas grandes cidades; por outro, a criação de organismos supranacionais, como a OCDE, a EFTA, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, o Mercado Comum, o Benelux. Se um dia os condutores da civilização, que há três mil anos criou ao mesmo tempo a ciência e a sagesa, resolverem tomar juízo, é de aceitar que as fronteiras políticas e as formas impantes dos nacionalismos, que sem dúvida correspondem a realidades profundas do passado, tenham menos importância do que os grandes espaços geoeconómicos, sob a premência do crescimento demográfico e da melhor produção, distribuição e utilização de recursos, com que se preparará o futuro. Nessa altura, qual será o destino, por exemplo, da «região lionesa», que engloba um prolongamento dos Alpes, enquanto a «região marsehesa» engloba outro?

As grandes cidades, por força do seu poder de atracção e de irradiação, facilitados pelos meios de circulação actuais, coordenam, *no aspecto da vida de relação*, uma série de áreas díspares, um conjunto de unidades e padrões de paisagem muito diversos. Mas — e isto sabe-se desde os alvares da Geografia humana — as cidades, especialmente as grandes cidades, são na maioria dos casos *inter-regionais*, situam-se no contacto de naturezas e de economias distintas. Releve-se-me citar uma vez mais um grande «mestre de pensar», cujas directrizes metodológicas estão longe de se encontrar esgotadas: VIDAL DE LA BLACHE. Ele mostrou como a diagonal árida do Velho Mundo, com as limitações que impõe aos modos de vida, possui a sua orla de cidades-bazares, centros de troca e de convívio, onde nómadas e sedentários se encontram e permutam os produtos complementares das respectivas economias. Outro exemplo clássico são as cidades de sopé, entre a montanha pastoril e a planura agrária: quase todas as cidades suíças, assim como os seus principais centros de indústria, ficam no

Mittelland, largo corredor aberto à circulação entre duas vigorosas unidades regionais demarcadas pelo relevo: o Jura e os Alpes. Para essas cidades se abre um sector da montanha. A mesma unidade de paisagem tem assim os seus centros de atracção colocados fora dela. No plano da compreensão geral dos fenómenos geográficos, a definição destas unidades de relevo e da forma específica da sua ocupação humana afigura-se-me, sem dúvida, muito mais importante do que o número de veículos automóveis, transportando gente ou mercadorias, que se dirigem para este ou aquele centro de atracção, situado necessariamente fora da área montanhosa, desprovida deles. Na Geografia clássica (e emprego o termo no seu melhor sentido), pela pena de grandes autores de expressão francesa e de expressão alemã, sempre a unidade dos Alpes foi posta em realce — unidade criada pelo extremo vigor de uma tectónica original e recente, mas também por formas de uso da terra e estilos de civilização que, mercê de felizes ajustamentos, puderam penetrar por vários lados esta mole de relevo e fizeram da maior montanha europeia a montanha mais humanizada que existe.

Assim, temos que a «região», no sentido de unidade ou mais geralmente de padrão de paisagem, é, e deve permanecer, o quadro de descrição geográfica. Que existem regiões demarcadas essencialmente por fenómenos naturais, ou por ajustamento de formas da vida humana a condições, estimulantes e restritivas, do ambiente, ninguém o pode negar, com tanta força estas unidades se impõem à observação. P. GOUROU surpreendeu-se comigo ao encontrar um grande vazio humano no delta do Zambeze; dentro da sua ideia de «civilização, chave da explicação em Geografia», fez notar que não havia uma geografia humana dos deltas, mas apenas civilizações que eram ou não capazes de aproveitar as suas vantagens. O que não impede, penso eu, de reconhecer que a originalidade do delta do Nilo ou do delta do Tonquém resulta precisamente de certas civilizações terem sabido humanizar certos espaços naturais e, dentro deles, e por via deles, tomarem uma feição própria. Como estas civilizações nada têm de ver entre elas, o elemento comum é de natureza ecológica, que, mesmo sem impor soluções paralelas, torna possível, afinal, a convergência

de resultados na maneira de afeiçoar, pelo engenho dos homens, ambientes semelhantes.

Que o elemento coordenador de uma região possa ser uma cidade procurei mostrá-lo com o exemplo do Recôncavo; mas o que fez a fortuna de Salvador, situada na estreita porta de uma das mais profundas chanfraduras do litoral brasileiro, foram tanto as relações marítimas distantes como as condições naturais que permitiram à cidade abastecer a sua gente e o seu comércio.

Aqui temos um exemplo de rede urbana que ia de Lisboa a Goa, passando por portos das ilhas atlânticas e da África. Imaginemos um GABRIEL SOARES DE SOUSA enleado nas preocupações metodológicas dos nossos dias: ele não hesitaria em constituir com o Recôncavo, a Estremadura portuguesa, a Madeira, Angola e Congo, a minúscula ilha de Moçambique e os lugares fronteiros do continente, as Velhas Conquistas de Goa, uma «região polarizada», de tal modo eram íntimas, permanentes, embora lentas e penosas, as relações de todos estes pedaços dispersos por dois oceanos e quatro partes do Mundo...

Nihil novi sub sole. As mais antigas redes urbanas ascendem às mais velhas civilizações e não são, de modo nenhum, uma criação dos nossos dias. Foram elas que deram unidade ao Egipto, desde o delta à primeira catarata, utilizando o Nilo como via navegável; foram ainda elas que, através da cabotagem mediterrânea, «almoçando num porto e jantando noutro» (JOÃO DE BARROS), espalharam a civilização grega, isto é, a maneira grega de aproveitar a natureza e de organizar o espaço, pela Ásia Menor, pela Sicília e a Calábria; além de outros estabelecimentos à margem de países bárbaros e de interior pouco acessível.

Claro que a explosão demográfica e a concentração urbana — dois grandes factos que dominam a geografia dos nossos dias — dão ao problema do arranjo do espaço uma acuidade de que os geógrafos de há meio século se não podiam ainda aperceber. Digamos que as malhas da rede urbana se apertam e se robustecem com a intensidade da circulação rodoviária e aérea.

Peguei um Ita no Norte
Pra vim pró Rio morá

diz-se numa canção popular lembrada numa das últimas novelas de JORGE AMADO — precisamente onde se evoca o ambiente da cabotagem quase completamente substituída pelo avião e pela camionagem ⁽³⁾. Eu próprio notei como a rede urbana tradicional do Recôncavo, a que corresponde a sua primeira geração de «vilas» portuárias, constituídas nos séculos XVII e XVIII e hoje em declínio, se substitui uma segunda geração, já brasileira, de «cidades» interiores, formadas e estimuladas por nós de circulação rodoviária — hoje muito mais viva do que a antiga e decadente «navegação bahiana». Brasília, fundada ao centro do imenso Brasil, corresponde à preocupação de estruturar numa base continental as relações de um país onde a grande maioria dos seus estados, por herança das antigas capitánias, se abre ainda para o oceano. Mas, uma vez mais, a ideia não é nova. Na Península unificada, também Filipe II criou uma capital no seu centro geométrico, num lugar austero, para integrar, sob uma autoridade fortemente centralizada, as tendências divergentes das várias fachadas marítimas da Ibéria. Mas, assim como Brasília em nada afectou a expansão prodigiosa do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre ou do Recife, também Madrid não diminuiu o papel relevante de cidades portuárias, como Lisboa, Sevilha, Barcelona, Bilbao ou Vigo.

«Tudo à superfície do planeta flui, envelhece e se renova», escrevi noutra lugar. Mas a Ciência tanto carece de estar atenta a tendências e a linhas de evolução, como ao que toma forma e, por isso mesmo, por um tempo se imobiliza e permanece. A região geográfica, produto de combinações naturais a que o homem, com a ferramenta da civilização, soube dar certa «personalidade», pertence a este tipo de formas tradicionais e, constituindo um quadro dos estudos geográficos, consagrado pelo bom uso que deles soube fazer a Geografia clássica, como tal merece ser conservado. A estas unidades e padrões de paisagem se sobrepõe, sem as anular, uma estrutura doutro tipo, desenvolvida por poderosos instrumentos da vida moderna: a rede urbana. Mas uma rede possui uma malha que, através dela, deixa ver o que recobre: e isso é, à escala do Globo — na qual, em última análise, se deve colocar a visão do

⁽³⁾ Velhos Marinheiros.

geógrafo —, o mais extenso, o mais aparente, o mais importante. Por isso corro os riscos de adoptar uma posição extrema não considerando como «regiões» as formas mutáveis que esta vida de relação está criando e transformando: embora não pretenda com isto negar nada do aliciente interesse do seu estudo. Portanto, não hesitaria em afastar da terminologia geográfica expressões ambíguas ou equívocas, como «regiões polarizadas», «regiões de programa» e outras de conteúdo semelhante, uma vez que considero a natureza destas estruturas da vida de relação intrinsecamente diferente das unidades regionais no sentido tradicional.

O homem tende a tornar-se cada vez mais um ser urbano: o que não impede que, na maior extensão do planeta, sejam as áreas de dominância natural e o campo, no sentido de vestimenta rural dos lugares, que continuem a ocupar a maior área e a alimentar os grandes temas de meditação da Geografia. A Geografia ensina, por um lado, a observar o que nos rodeia e, por familiar, a tantos passaria despercebido; mas ensina também ao homem a colocar-se numa perspectiva que o eleve acima do tempo e dos lugares e veja de fora, embora utilizando as luzes da sua própria vivência, tudo o que ele criou com a experiência das gerações. Nenhuma definição de Geografia humana abrangerá melhor todo o âmbito deste ramo da ciência geográfica como o estudo das relações entre os agrupamentos humanos e o ambiente, por intermédio da maneira como esses agrupamentos se repartem no espaço e das formas de civilização que, no decurso do tempo, se revelaram capazes de criar.

ORLANDO RIBEIRO

RÉSUMÉ

Région et réseau urbain: formes traditionnelles et structures nouvelles. Le terme région a plusieurs sens: simple localisation par rapport à une ville, territoire aménagé sous son influence, zone terrestre, unité géographique de dimensions variables, définie assez rarement par un paysage uniforme, plus souvent par des éléments divers mais organisés (exemples empruntés à la géographie du Brésil et du Portugal).

Prédominance des éléments naturels dans la définition des régions (exemple du découpage régional de la Péninsule Ibérique selon les

conceptions de H. Lautensach). Le paysage est presque toujours un héritage, un produit de l'histoire, une donnée traditionnelle que la vie moderne modifie mais sans la transformer complètement. Avec ses éléments naturels et l'harmonie des œuvres humaines qui s'y inscrivent, la région au sens classique doit demeurer le cadre général de la description géographique. La région fonctionnelle, définie comme une maille du réseau urbain, est un phénomène de nature différente, les villes d'une certaine taille étant souvent interrégionales, au contact de paysages divers et d'économies complémentaires. Quant aux régions-plan, elles appartiennent à un futur où la Géographie aura son mot à dire, mais qu'elle n'est pas en état de prévoir.

Le développement actuel des formes de vie de relation semble aboutir à des solutions contradictoires: communautés supra-nationales (qui sont probablement les espaces économiques du futur, en tout cas les seuls rationnels) ou plans d'aménagement régionaux dans le cadre national. L'ensemble de liens qui se nouent dans chaque ville n'efface pas la réalité des espaces géographiques bien définis: une montagne, avec son unité physique et les styles de vie qui s'y adaptent, possède généralement ses centres urbains hors de la masse de relief qui fait son originalité. Le réseau urbain, dont les combinaisons de rapports sont instables et mouvantes, recouvre sans les effacer des réalités plus permanentes. A l'échelle du Globe, malgré l'énorme essor urbain de notre temps, ce sont les paysages principalement conditionnés par la nature et les «campagnes» qui demeurent dominants et qui constituent l'essentiel des espaces géographiques.